



## POSSÍVEIS FORMAS E FUNÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO DE FILOSOFIA

Franklin Silva Pontes (1); Valmir Pereira (2)

(1) *Universidade Estadual da Paraíba*, [franklinspontes@hotmail.com](mailto:franklinspontes@hotmail.com); (2) *Universidade Estadual da Paraíba*, [provalmir@gmail.com](mailto:provalmir@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira - *Universidade Estadual da Paraíba*  
[provalmir@gmail.com](mailto:provalmir@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar as formas e as funções que o livro didático pode assumir no ensino de Filosofia. Pois, acredita que esta disciplina depende, em todos os âmbitos de seu ensino, de suas materializações textuais, seja nos livros especificamente filosóficos, seja nos livros didáticos do ensino básico. Nesse sentido, tomamos como principais bases de pesquisa as produções do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltadas ao Ensino Médio e do Livro Didático Público (LDP) no Estado do Paraná, por considerá-los paradigmas da produção literária pedagógica no Brasil. A partir deles, avaliamos as possíveis formas dos livros didáticos, destacando o caráter editorial/econômico e a participação do professor em suas produções. Além disso, avaliamos também as funções do livro didático inserido no ensino de Filosofia e suas especificidades e, para tal, tomamos como problemas centrais a transposição didática do conteúdo e as possíveis abordagens histórica, temática e problemática deste. Conforme estes intuítos, observamos que, se as formações de tais livros são diferentes, as funções que assumem são semelhantes. Pois, mesmo sendo propostas de certa forma antagônicas – na questão editorial e, principalmente, na participação do professor, ao colocarem este profissional em estágios distantes na produção do material –, na prática didática tanto os livros nacionais do PNLD quanto os da iniciativa pública no Paraná possuem, no caso da Filosofia, objetivos convergentes: uma linguagem iniciativa, mas não resumidora, que, juntamente com a atividade do professor, dê ao aluno do Ensino Médio a oportunidade de abordar problematicamente a Filosofia, isto é, conhecer e se inserir na tradição filosófica sem se ater totalmente a ela.

**PALAVRAS-CHAVE:** livro didático, PNLD, LDP, transposição didática, História da Filosofia.



## 1. INTRODUÇÃO

A tradição filosófica é inegavelmente uma tradição literária. Ainda que um de seus maiores representantes, Sócrates, tenha se absterido de escrever qualquer obra, somente através de livros escritos sobre seu pensamento é que, de certa forma, o conhecemos ainda hoje. Além disso, o livro filosófico teve e tem formas diversas: diálogos, aforismas, ensaios, tratados, manuais, etc. Nestas formas, também é inegável que por vezes a filosofia se tornou hermética ou até mesmo inalcançável a qualquer leitor. Mas, de uma forma ou de outra, soluções foram encontradas e, então, temos, hoje, um extenso reino acessível onde as obras filosóficas estão abertas para futuros leitores. Todavia, é preciso não obstruir o fato de que este “temos” abarca, em sua maioria, aqueles que conseguem romper, por mais fino que seja, o invólucro hermético que encobre o núcleo das obras filosóficas. Afinal, se são conhecidos os casos onde obras filosóficas se tornam verdadeiros enigmas indecifráveis, é, então, visível a criticidade de se avaliar os textos voltados ao ensino de filosofia, sejam estas produções obras puramente filosóficas ou nomeadamente manuais didáticos.

Ora, nesse cenário peculiar da filosofia, onde alguns escrevem para serem lidos e outros *tentam* ler, nada mais plausível do que avaliar como os textos filosóficos, por assim dizer, mais próximos do público leigo (a saber, os estudantes de nível médio) são formados e usados em sala. Em tal intuito, voltamo-nos ostensivamente a duas formas distintas, mas igualmente válidas e paradigmáticas, de material didático que surgiram no Brasil nas últimas décadas: os Livros Didáticos Públicos, no Paraná, e as produções do Programa Nacional do Livro Didático direcionadas ao Ensino Médio. Como nosso intuito se direciona à disciplina Filosofia, fora considerada *secundária* – mas não relegada – uma análise das produções didáticas focada em seus aspectos econômicos, político-educacional, etc. e considerada *primária* as questões relativas às formas possíveis dos materiais didáticos e os usos possíveis

que se pode fazer com estes numa aula de Filosofia. Desta forma, e tendo em vista a problemática da compreensão dos textos indicada acima, pareceu-nos fundamental uma análise da capacidade de um livro didático “traduzir” os textos filosóficos originais. Nesta investigação, destacamos por fim os aspectos que o resultado desta tradução pode tomar, isto é, os aspectos histórico, temático e problemático, sem negligenciar também a relação instrumental deste material com o professor de filosofia.

## **2. SOBRE A FORMAÇÃO DOS LIVROS**

Ao longo de aproximadamente oito décadas e meia de existência, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) assumiu diversas formas e objetivos, voltados à produção do livro didático no Brasil. Iniciado em 1929 com outra denominação, o PNLD foi lentamente aumentando suas dimensões e sua área de atuação, proporcionando ao Norte e ao Nordeste, em 2005, os livros de Português e Matemática, os primeiros a abranger o nível Médio. O aumento do material distribuído no Ensino Médio cresce gradualmente, somente incluindo também a Filosofia e a Sociologia<sup>1</sup> a partir de 2010, com a abertura do Edital para a inscrição das propostas de editoras. Sendo escolhidas as propostas<sup>2</sup>, as produções contempladas foram impressas e distribuídas às escolas no ano seguinte, para, enfim, serem usadas em sala em 2012<sup>3</sup>. Neste processo de produção e distribuição dos livros, dividido em doze etapas<sup>4</sup>, um dos primeiros momentos é a abertura dos Editais e, sendo concluídas as análises das propostas editoriais, são produzidos Guias. Nestes, são mostradas algumas

---

<sup>1</sup> Somente os livros dessas duas disciplinas são produzidos como Volumes Únicos, ou seja, direcionados a serem utilizados durante três anos consecutivos.

<sup>2</sup> Neste primeiro Edital, de 2010, quinze obras foram propostas e somente três foram aceitas, as quais constam no Guia de 2012 (BRASIL, 2011). Para o segundo Edital, treze obras foram propostas e cinco foram aceitas, das quais três são reedições daquelas presentes no primeiro Guia (idem, 2014). É possível notar, no primeiro momento, um certo despreparo das propostas editoriais; no segundo momento, um aumento razoável da qualidade, tendo em vista o número de propostas e os resultados.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acessado em 23/06/15.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>>. Acessado em 23/06/15.



*resenhas* das obras aceitas, com o objetivo de, segundo o próprio Guia, auxiliar o professor no momento de escolha do material proposto, de modo que ele escolha "[...] o livro didático que mais bem se adapte ao seu planejamento, à sua prática didática em filosofia e ao projeto político-pedagógico de sua escola" (BRASIL, 2011, p. 7).

O Livro Didático Público (LDP), por sua vez, fora uma iniciativa da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, em 2006, com o intuito de suprir a falta de um material voltado ao Ensino Médio (SEED-PR, 2006, p. 4). Para tal, foram usados na produção dos livros, materiais pesquisados e escritos pelos próprios professores do ensino público – avaliados por professores universitários (idem, p. 7) –, o que, além de afastar as determinações editoriais e aumentar o custo-benefício na produção dos livros<sup>5</sup>, incentivou a formação e produção teórica do professor. Segundo Mary Lane Hatner (DARCIE, 2012, p. 235), tal iniciativa fizera parte do Projeto Folhas, onde incentiva-se a produção de materiais didáticos tendo como autores os próprios professores. Tal projeto existira de 2003 a 2010 e involuntariamente fora um dos primeiros projetos com o ideal de Recursos Educacionais Abertos.

Acreditamos que o livro didático deve auxiliar na comunicação da relação professor-alunos-conteúdo. Nesses objetivos, é mais do que plausível que o professor, como o profissional que determina tal relação em aula, esteja confortável com aquele instrumento como meio de difusão do conhecimento.

Partindo dessas necessidades, os livros do Programa Nacional do Livro Didático e os Livros Didáticos Públicos parecem-nos ser propostas diversas, não tanto por seus respectivos conteúdos, mas por seus processos de formação. Ora, uma das distinções mais notáveis entre as duas produções é o *fator editorial*. Neste sentido, a produção em larga escala e com delimitações específicas dos materiais da PNLD indicam tal caráter econômico nos livros, tomados, então, como produto. De fato, os livros produzidos pelo PNLD são intimamente

---

<sup>5</sup> “Do ponto de vista econômico, ele [o LDP] representa um avanço, pois, calculando-se o custo de impressão, do afastamento dos professores durante seis meses para produzir o material, o processo de consultoria e editoração, cada exemplar saía, em média, por R\$ 2,50, certamente bem abaixo do mercado e dos valores com que trabalha o Plano Nacional do Livro Didático. A grande quantidade de livros produzidos, o custo quase zero dos autores e a ausência de vínculo com editoras permitiu essa boa condição de custo” (DARCIE, p. 237) diz Mary Lane Hatner, que na época, em 2006, era a chefe de Departamento de Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação do Paraná.



perpassados pelas determinações editoriais, porque os Guias dos livros, quando chegam às escolas, já sofreram as influências tanto do Governo quanto do mercado: tais listas de obras recomendadas aos professores passam por dois filtros, a saber, “o dos avaliadores do MEC, que restringem as alternativas do professor, e o das editoras, cujos processos de informação, inteligência e *marketing* acabam por dar determinado direcionamento à escolha” (MANTOVANI, p. 68-69).

Os Livros Didáticos Públicos, em contraponto, se apresentam como uma forma de material didático longe das delimitações econômicas. De fato, esta *vantagem* deste material, produzido pelos próprios professores do Estado do Paraná, é explicitamente exposta como uma das inovações no próprio livro pelo Secretário de Estado da Educação da época, Maurício Requião de Mello e Silva:

Nesta caminhada, aprendemos e ensinamos que o livro didático não é mercadoria e o conhecimento produzido pela humanidade não pode ser apropriado particularmente, mediante exibição de títulos privados, leis de papel mal escritas, feitas para proteger os vendilhões de um mercado editorial absurdamente concentrado e elitista (SEED-PR, 2006, p. 4).

Além disso, nesta forma de produção, é nítido o envolvimento do professor nas delimitações do assunto. Se são os professores do Ensino Médio que foram destacados pelo Estado para escreverem os materiais didáticos direcionados ao próprio Ensino Médio, então, os cuidados com a aproximação do conteúdo em relação ao cotidiano e ao nível dos alunos e com o desenvolvimento teórico do professor são inegáveis (DARCIE, 2012, p. 235).

Outro fato importante nesta produção é uma aproximação entre os professores do nível superior e do nível básico, na medida em que as pesquisas e os textos destes eram acompanhados e corrigidos por aqueles. Entretanto, neste último ponto levantado talvez esteja o fator que torna este tipo de produção impraticável. Pois, como diz Mary Lane Hatner, existem diversos fatores que impedem tal prática, sendo entre elas a mais difícil de se transpor

“a falta de cultura de pesquisa no âmbito do ensino fundamental e médio” (idem, p. 238). Em contraponto, pode-se dizer que, ao contrário do LDP, a produção dos livros a nível nacional exclui o professor de seu processo, voltando-se a ele somente na entrega dos Guias, com as obras já prontas, isto é, é entregue a ele apenas o “lugar do morto” (WITZEL, 2002, p. 15 apud MANTOVANI, p. 64). Em outras palavras, renega-se uma participação ativa do professor em tal produção.

### 3. SOBRE AS FUNÇÕES DO LIVRO

Antes de utilizarmos da ideia de uma transformação do conhecimento presente na “transposição didática”, cabe uma explicação mais aprofundada deste conceito. Segundo Leite (2007, p. 51)<sup>6</sup>, tal conceito parte da necessária distância entre o saber ensinado e o saber de referência, tomando como base a relação *saber-professor-aluno*<sup>7</sup>. Nesta relação, o conteúdo a ser ensinado numa sala de aula deve ter uma configuração própria, mais simples e, enquanto tal, distinta daquela do conhecimento puro. Em outras palavras, tal conceito defende que, em âmbitos diferentes e direcionado a públicos diferentes, o conhecimento deve se adaptar à linguagem vigente. Além disso, tal conceito atenta que a *função do professor* nessa relação de aprendizagem – onde o aluno aprende a partir de processo de contradição conhecimento antigo/conhecimento novo –, é “garantir a continuidade deste processo, apresentando novos textos do saber e assegurando algum nível de familiaridade nesses conteúdos [...], porque é ele quem sabe antes dos outros, que *já sabe [...]*” (idem, p. 57-58). Por último, cabe explicitar

---

<sup>6</sup> Ainda que tal conceito tenha surgido do *sociólogo* Michel Verret e se desenvolvido em textos do *matemático* Yves Chevallard (LEITE, 2007, p. 46-47), os objetivos postos por ele podem ser ampliados a todo o âmbito pedagógico, pelo fato de que em todas as áreas do ensino existem distinções explícitas entre os conhecimentos voltados aos “especialistas” – aqueles que já conhecem algo do assunto e, portanto, podem apreender saberes mais complexos – e aos “iniciados” – aqueles que, diferentemente dos especialistas, estão começando a ter contato com o tema ensinado.

<sup>7</sup> “[...] o saber (S), aquele que ensina/professor (P), aquele que aprende/aluno (A)” (idem, p. 51).



que um dos pressupostos para a transposição didática é a “formatação para programabilidade”<sup>8</sup> (idem, p. 57).

Atendendo aos objetivos gerais desse conceito didático, os conhecimentos filosóficos, os quais inegavelmente podem se apresentar de forma hermética, carecem de uma *adaptação*, no sentido de que devem ser compreendidos pelos alunos de nível Médio. Mas, é importante não fazer uma atividade de resumo, onde, por exemplo, acredita-se e/ou se defende ser possível resumir séculos do pensamento filosófico em curtos capítulos. É necessário, ao contrário, manter explícitas a continuidade e a diversidade da Filosofia ao longo de sua História. Neste sentido, acreditamos não constituir uma contradição a necessidade de uma “formatação” do conteúdo “para programabilidade”, contanto que se mantenha a explicitação defendida acima. Afinal, independentemente do tipo de livro de caráter didático, não é possível fugir desta programabilidade se se busca ensinar todo ou grande parte do conteúdo em poucos anos. Ou seja: se não é possível fugir dos recortes no conteúdo, é necessário não os omitir.

É válida, pois, uma análise deste aspecto transposicional nas obras didáticas do PNLD e do LDP voltadas ao ensino de Filosofia. Neste intuito, é notável as afirmações presentes no corpo do LDP, direcionadas aos estudantes:

[...] este é um livro didático e isto o caracteriza como um livro de ensinar e aprender. Pelo menos esta é a ideia mais comum que se tem a respeito de um livro didático. Porém, este livro é diferente. Ele foi escrito a partir de um conceito inovador de ensinar e de aprender. Com ele, como apoio didático, seu professor e você farão muito mais do que “seguir o livro”. Vocês ultrapassarão o livro. Serão convidados a interagir com ele e desafiados a estudar além do que ele traz em suas páginas. Neste livro há uma preocupação em escrever textos que valorizem o conhecimento científico, filosófico e artístico, bem como a dimensão histórica das disciplinas de maneira contextualizada, ou seja, **numa linguagem que aproxime esses saberes da sua realidade**. É um livro diferente porque **não tem a pretensão de esgotar conteúdos**, mas discutir a realidade em diferentes perspectivas de

---

<sup>8</sup> “Para chegar a essa configuração, o saber designado como saber a ensinar deve passar pelos processos apontados por Verret e assumidos por Chevallard na sua teoria: dessincretização, despersonalização e formatação para programabilidade” (idem, p. 57).



análise; não quer apresentar dogmas, mas questionar para compreender. Além disso, os conteúdos abordados são alguns recortes possíveis dos conteúdos mais amplos que estruturam e identificam as disciplinas escolares (SEED-PR, 2006, p. 6, grifo nosso).

É visível o cuidado do LDP com esta questão transposicional, expressa nesta necessidade de aproximação da linguagem do livro com a linguagem da realidade dos alunos. Além disso, acreditamos que esta explícita defesa, segundo a qual os LDP *não esgotam os conteúdos*, mas são *recortes* de conteúdos mais amplos, simboliza a consciente necessidade de suprimir certos conhecimentos específicos em prol da abordagem completa do assunto proposto. Em outras palavras, na produção do material não se tentou negar que a tentativa de aproximação do puro conteúdo aos saberes dos alunos é acompanhada do risco de resumi-lo deliberadamente. A solução, pois, para fugir de tal risco fora indicar logo de início que o livro didático em questão era apenas um tipo introdutório, questionador, de material, o qual poderia e deveria ser ultrapassado.

Quanto ao PNLD, vale apresentar que o critério fundamental da análise tanto do *Guia PNLD – 2012* quanto do *Guia PNLD – 2015* estava relacionado com a História da Filosofia. De fato, as propostas que não foram aceitas, segundo o Guia de 2012, não mantiveram a História da Filosofia como a base dos textos, acarretando visões restritas da filosofia e negligenciando a multiplicidade filosófica, além de cometer anacronismos e de promover "uma equiparação entre um pensamento rigorosamente estruturado e a mera opinião, assim como propagam uma **confusão entre uma fala cotidiana e uma fala conceitual**" (BRASIL, 2011, p. 12, grifo nosso); ao passo que, as três obras aceitas, ainda que não constem como os melhores materiais didáticos possíveis, ao menos cumprem com as exigências buscadas, isto é,

[...] não negligenciam a íntima relação entre a filosofia e a sua história [...], apresentam a filosofia em sua multiplicidade, sem dogmatismos ou proselitismo, propondo uma prática crítica que leve o aluno tomar posição



em meio a um diálogo plural, inclusive nos debates sobre ética" (id., ibid., p. 12-13).

Em outras palavras, ao buscar uma base sólida na História da Filosofia, os critérios do PNLD estão delimitando um perfil nítido do livro de Filosofia, segundo o qual é possível haver uma “programabilidade” disponível ao professor do Ensino Médio. E desta forma ele poderia guiar-se por esta linha histórica, focando a multiplicidade desta. Assim, acreditamos que esse zelo do PNLD para com a História filosófica fora a opção escolhida para corresponder a necessidade de uma transposição da Filosofia em poucas páginas. É interessante também ressaltar que se no primeiro Guia defendia-se exclusivamente a atenção das obras para com a História da Filosofia, no segundo há uma extensão dessa atenção, focando-se numa maior criticidade seja relativamente à linguagem dos livros voltada aos alunos, seja relativamente aos conteúdos e usos dos livros:

[...] as obras aprovadas são as que possuem propostas didático-pedagógicas que melhor articulam **História da Filosofia**, abordagem **temática** e de **problemas** e reflexão sobre a experiência social do aluno. São ainda, dentre as avaliadas, as que mostraram o melhor equilíbrio entre rigor conceitual e apresentação acessível para o alunado do ensino médio (BRASIL, 2014, p. 20, negrito nosso).

Neste sentido, trazemos à tona os tipos de abordagens possíveis no ensino de filosofia expostos por Sílvio Gallo. Quanto à organização dos conteúdos filosóficos, ele mostra que tanto uma organização puramente *histórica* quanto uma puramente *temática* acarretam fragilidades se postas em prática isoladamente. Ainda que esta última apresente uma melhor utilidade na prática, Gallo não negligencia a necessidade de se ter também uma visão histórica quanto aos temas, e, por isso, propõe uma simbiose nessas organizações, chamado de organização “problemática” (GALLO, 2010, p. 164). Assim, ter-se-ia uma organização que possa tratar dos conceitos de forma mais específica – segundo a parte *temática* – e também



que possa mostrar aos estudantes todos os trajetos que aquele conceito estudado trilhou ao longo de um recorte histórico – segundo a *histórica*. Através dessa simbiose, defende Gallo, o ensino de filosofia não estaria prejudicado, porque, ao mesmo tempo que o *caráter histórico* de tal organização proporciona uma visão de toda a tradição filosófica e, conseqüentemente, mostra ao estudante várias opções que ele doravante pode seguir, criticar ou evoluir, o *caráter temático* dificulta uma estagnação no ensino – o qual está presente nas organizações apenas históricas, pois mostram os assuntos estudados como coisas acabadas – e, conseqüentemente, mantém a *mobilidade* natural da filosofia, a característica fundamental desta que possibilita, a todos que a praticam, modificá-la, aprimorando-a ou não. Para tal objetivo, o autor aponta os materiais didáticos, principalmente o livro didático:

Desde a década de 1980, com o retorno parcial da filosofia aos currículos do Ensino Médio, então na condição de disciplina optativa, foram sendo publicados livros didáticos para seu ensino. Em princípio de modo mais tímido, depois de forma mais arrojada, as editoras foram se preocupando com este filão do mercado editorial. De modo que hoje temos, seguramente, mais de vinte manuais preparados para o ensino da filosofia no nível médio (GALLO, 2010, p. 166).

Segundo ele, utilizando uma pesquisa do professor Américo Grisotto<sup>9</sup>, a maioria destes livros são constituídos por uma visão *temática* da filosofia e, portanto, não são capazes de, apenas por si mesmos, propiciar uma abordagem *problemática*:

Para cada uma destas obras, poderíamos destacar pontos fortes e pontos frágeis, mas não é este nosso objetivo aqui. Destaco, apenas, que, se optamos por uma abordagem *problemática* do ensino de filosofia, muitas destas obras podem servir de apoio ao trabalho do professor, mas nenhuma delas daria conta, de modo exclusivo, de permitir este trabalho (idem, p. 167-168).

Para Sílvio Gallo (2010, p. 168), com efeito, além do livro didático bem preparado, é

---

<sup>9</sup> GRISOTTO, A. Ensino Médio: manuais voltados para o ensino de Filosofia. *Filosofia e Educação*, v. 4, n. 1, p. 113-158, abr./set. 2012.



necessário, para uma prática *problemática* da filosofia, o trabalho do professor como alguém que irá selecionar textos originais e textos com traduções confiáveis dos próprios filósofos, textos com temáticas próximas às desejadas e materiais didáticos em geral, como filmes, documentários, obras de arte, poesias, etc. Vê-se, então, que esta abordagem ideal, onde os alunos não somente conhecem a tradição filosófica ou os principais temas debatidos, mas podem se inserir nos dois âmbitos, pressupõe a atividade do professor como um elo entre o aluno e esta abordagem *problemática*.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Distanciando-nos de qualquer pretensão conclusiva, isto é, não querendo tomar como encerrado tal debate quanto ao material didático no ensino de filosofia, desejamos tornar claro que os resultados do presente trabalho não visam apontar qual o melhor material entre as duas propostas abordadas, mas acentuar um fato que fora mostrado no decorrer do trabalho: ainda que estas duas propostas de livros didáticos tenham suas bases em concepções diferentes de participação editorial e do professor, seus posicionamentos quanto à relação *livro didático-professor-alunos*, no ensino de Filosofia, são semelhantes. Em outras palavras: na prática didática, tanto os livros nacionais do PNLD quanto os da iniciativa pública no Paraná possuem, no caso da Filosofia, objetivos semelhantes: uma linguagem iniciativa, mas não resumidora, que, juntamente com a atividade do professor, dê ao aluno do Ensino Médio a oportunidade de conhecer a tradição filosófica sem se ater a ela e, de certa forma, se inserir nesta tradição do pensamento.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Filosofia*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Guia de livros didáticos: PNLD 2015: Filosofia*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

DARCIE, P. Projeto Folhas e Livro Didático Público. In: SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. de L. (Org.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas*. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012. p. 235-238.

GALLO, S. Ensino de filosofia: avaliação e materiais didáticos. In: Gabriele Cornelli (Coord.), Marcelo Carvalho (Coord.) e Márcio Danelon (Coord.). *Filosofia: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino) p. 159-170.

LEITE, M. S. Yves Chevallard e o conceito de transposição didática. In: *Recontextualização e transposição didática. Introdução à leitura de Basil Bernstein e Yves Chevallard*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 45-73.

MANTOVANI, K. P. *O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD impactos na qualidade do ensino público*. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SEED-PR. *Filosofia*. 2.ed. Curitiba-PR: SEED-PR. 2006.